

O tema do STF de número 411 trata sobre a Rito da execução de decisões que condenem entidades paraestatais pessoas jurídicas de direito privado a quantia em dinheiro

O tema do STF de número 411 afirma que É incompatível com a Constituição o reconhecimento às entidades paraestatais dos privilégios processuais concedidos à Fazenda Pública em execução de pagamento de quantia em dinheiro